



PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

DIÁRIO OFICIAL

Mesquita, Quinta-Feira, 11 de dezembro de 2025 | Nº 02347.

	31 - 80	R\$ 9,19	R\$ 10,11
	81 - 100	R\$ 11,93	R\$ 13,12
	101 - 220	R\$ 14,30	R\$ 15,73
	221 - 500	R\$ 16,70	R\$ 18,37
	501 - 1000	R\$ 20,87	R\$ 22,96
	Acima de 1000	R\$ 41,74	R\$ 45,91
Comercial	0 - 140	R\$ 11,93	R\$ 13,12
	141 - 300	R\$ 14,30	R\$ 15,73
	301 - 500	R\$ 19,09	R\$ 21,00
	Acima de 500	R\$ 20,87	R\$ 22,96
Industrial	0 - 220	R\$ 19,09	R\$ 21,00
	221 - 500	R\$ 21,48	R\$ 23,63
	Acima de 500	R\$ 23,86	R\$ 26,25
Poder Público	0-200	[Valor Vigente]	Valor + 10%
	201 - 500		
	Acima de 500		

LEI Nº 1.279, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoria: Poder Executivo

“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) E O FUNDO MUNICIPAL (FMDCA), MANTÉM A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR (CT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DA ESTRUTURA

Art. 1º - Esta Lei estabelece as normas gerais para a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mesquita.

Art. 2º - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Mesquita tem por objetivo básico assegurar-lhes, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Mesquita será garantida através dos seguintes órgãos:

I - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

III - O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente (CT).

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é órgão colegiado, de caráter paritário e permanente, vinculado à Secretaria de Governança, com a finalidade básica de orientar, acompanhar e fiscalizar o sistema municipal de garantia dos direitos da criança e do adolescente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

DIÁRIO OFICIAL

Mesquita, Quinta-Feira, 11 de dezembro de 2025 | Nº 02347.

Art. 5º - O CMDCA, em consonância com a legislação federal (ECA), tem por objetivo:

I - Zelar pela aplicação e aprimoramento das normas e políticas de garantia de direitos no Município;

II - Propor metas e prioridades para a aplicação dos recursos financeiros do FMDCA na melhoria da área da infância e juventude;

III - Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária do Município, indicando as prioridades de alocação de recursos;

IV - Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à manutenção e ao custeio das políticas de atendimento;

V - Orientar e, garantido ampla publicidade e participação das entidades locais, registrar a inscrição de entidades não-governamentais e programas de atendimento.

Art. 6º - O CMDCA será composto de 4 (quatro) membros e seus respectivos suplentes, designados pelo Poder Executivo, garantida a paridade, sendo:

I - 02 (dois) representantes do Poder Público Municipal, um dos quais sendo o Presidente;

II - 02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil organizada.

Art. 7º - A função de Membro do CMDCA é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL (FMDCA)

Art. 8º - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) tem o objetivo de captar e aplicar recursos em programas e ações de atendimento.

I - Receber recursos provenientes de doações, convênios, ajustes, legados, captações e orçamentários do Município, do Estado, da União e de instituições nacionais e internacionais não-governamentais;

II - Manter o registro contábil do controle de aplicações financeiras levadas a efeito no Município.

Art. 9º - O FMDCA será gerido pela Secretaria Municipal de Governança (ou órgão que a suceder), sob fiscalização do CMDCA e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 10 - A Secretaria gestora do Fundo deverá publicar, trimestralmente, no Diário Oficial e no Portal da Transparência, o balancete detalhado das receitas, despesas e aplicações financeiras do FMDCA.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR (CT)

Art. 11 - O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo atendimento e preservação dos direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12 - São requisitos para a elegibilidade:

I - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

II - Reconhecida e comprovada idoneidade moral;

III - Residir no Município há mais de 03 (três) anos.

Art. 13 - O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares incluirá prova de aferição de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, de caráter eliminatório, sob fiscalização do Ministério Público.

Art. 14 - O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes.

Art. 15 - O mandato dos Conselheiros é de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Art. 16 - Os membros eleitos do Conselho Tutelar receberão ajuda de custo no valor de R\$ 3.200 (três mil e duzentos reais) mensais.

§ 1º Os conselheiros não possuem vínculo de natureza trabalhista ou estatutária com o Município, mas, na forma da Lei, fazem jus à cobertura previdenciária, ao gozo de férias remuneradas anuais, à licença-maternidade, à licença-paternidade e ao 13º salário.

§ 2º Sendo o conselheiro eleito servidor público municipal, ser-lhe-á facultado optar pela ajuda de custo da função de conselheiro ou pelos vencimentos do seu cargo, vedada a acumulação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

DIÁRIO OFICIAL

Mesquita, Quinta-Feira, 11 de dezembro de 2025 | Nº 02347.

§ 3º Ato do Poder Executivo poderá recompor anualmente as perdas inflacionárias da ajuda de custo de que trata o caput, observando-se os índices oficiais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto em relação à ajuda de custo do Conselheiro Tutelar estabelecida na Lei nº 014, de 07 de maio de 2001, que será mantida até o término do atual mandado, momento em que a redação do artigo 16 desta lei passará a ter eficácia plena.

Art. 18 - Fica expressamente revogada a Lei nº 014, de 07 de maio de 2001 e suas alterações.

Mesquita, 11 de dezembro de 2025.

MAROTTO MIRANDA
Prefeito

DECRETO Nº 3.819, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MESQUITA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor de acordo com a Lei Municipal nº 1.249 de 18 de outubro de 2024 – LOA 2025 e a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, **DECRETA**:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando assim o orçamento do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**, conforme constante no Anexo - Demonstração das Alterações Orçamentárias.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado ainda o Quadro de Detalhamento da Despesa, aprovado pelo Decreto nº. 3683/25 de 4 de fevereiro de 2025.

Art. 3º - Os recursos compensatórios serão provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Mesquita, 11 de dezembro de 2025.

MAROTTO MIRANDA
Prefeito

ANEXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA		Demonstração das alterações orçamentárias	
R. Arthur Oliveira Vianna, 100		MESQUITA	
MP Fund. 2019		Suplementado	Anulação
Lei 1.249/24 Data: 11/12/2025 DEAR: 11/12/2025 Tipo: 7 - Suplementação/Anula		3.275.676,86	3.275.676,86
Ficha		Origem	
562	00.0001.10.301.2200.6.000 3.3.90.36.00.00.00 1621	0,00	119.733,00 Anulação
565	00.0001.10.301.2200.6.000 3.1.90.34.00.00.00 1621	0,00	233.187,89 Anulação
569	00.0001.10.301.2200.6.000 3.3.90.36.00.00.00 1630	0,00	2.060.000,00 Anulação
576	00.0001.10.301.2200.6.000 3.3.90.52.00.00.00 1621	0,00	162.719,00 Anulação
600	00.0001.10.302.2200.6.000 3.1.90.34.00.00.00 1621	0,00	512.961,00 Anulação
610	00.0001.10.302.2200.6.000 3.3.90.52.00.00.00 1630	0,00	245.075,00 Anulação
532	00.0001.10.122.2200.6.000 3.3.90.36.00.00.00 1000/1002	6.780,00	0,00 Suplementação por anulação de crédito Exações LOA
563	00.0001.10.301.2200.6.000 3.1.90.34.00.00.00 1000/1002	2.000.000,00	0,00 Suplementação por anulação de crédito Exações LOA
598	00.0001.10.302.2200.6.000 3.1.90.34.00.00.00 1000/1002	1.264.976,86	0,00 Suplementação por anulação de crédito Exações LOA
Total Geral		3.275.676,86	3.275.676,86

DECRETO Nº 3.820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MESQUITA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor e de acordo com a Lei Municipal nº 1.187/2021 – LOA 2022, de 29 de dezembro de 2021 publicada em 14 de janeiro de 2022 e a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, **DECRETA**:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente na importância de R\$ 1.681,27 (mil seiscentos e oitenta e um e vinte e sete centavos.)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA

PROGRAMA DE TRABALHO:

09.122.2100.2.004 - Manutenção do Fundo de Previdência

ELEMENTO DE DESPESA:

Natureza da Despesa	Descrição	FD	Fonte	Valor
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS P. FÍSICA	353	1802	1.681,27

Art. 2º - Os recursos para atender a presente suplementação são oriundos da anulação total ou parcial das dotações